

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC(FN) ALEXANDRE MACHADO DA MOTTA

PARTICIPAÇÃO NORTE-AMERICANA NA GUERRA DO VIETNÃ:
análise de um conflito irregular à luz da teoria de David Galula

Rio de Janeiro

2022

CC(FN) ALEXANDRE MACHADO DA MOTTA

PARTICIPAÇÃO NORTE-AMERICANA NA GUERRA DO VIETNÃ:
análise de um conflito irregular à luz da teoria de David Galula

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Sandro Soares Laudiauzer

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por todas as dádivas que tem me proporcionado e, principalmente, pelo amor, saúde e felicidade de minha família.

A minha amada esposa Luciana, pelo irrestrito amor, incentivo, dedicação e apoio em todos os meus desafios pessoais e profissionais. Não há palavras que expressem minha gratidão e amor que tenho por você.

A meus amados filhos, minha gratidão eterna pela felicidade que me proporcionam. Isabela e Eduardo são minha fonte de energia e motivação para superar qualquer obstáculo que se apresente durante a vida. Vocês são a minha maior inspiração!

A meus pais, pelos valores morais que carrego, que me permitiram contemplar exemplos e utilizá-los em minha formação e, atualmente, na educação de meus filhos.

Ao CF Sandro Soares Laudiauzer, meu orientador durante a jornada desta pesquisa, pelos precisos ensinamentos, pertinentes orientações e incentivo que contribuíram decisivamente para conclusão deste trabalho.

Aos amigos de minha turma, meus sinceros agradecimentos pelos momentos alegres e descontraídos, além de apoio e suporte quando necessários, sempre motivando e ajudando na construção de um trabalho profícuo.

RESUMO

Dentre as formas de se combater, a guerra irregular apresenta-se como uma das mais antigas e correntemente empregada até os dias atuais. Grupos insurgentes utilizaram técnicas e metodologias não convencionais para romperem padrões e alterarem a lógica nos combates entre forças desiguais. No século XX, a região da Indochina, no sudeste asiático, presenciou exemplares históricos de conflitos irregulares em que forças insurgentes, em franca desvantagem militar, sagraram-se vitoriosas. Nesse contexto, a presente pesquisa dispôs-se da Guerra do Vietnã (1960-1975) como fonte de análise para estudo, utilizando-se da participação norte-americana no conflito. O propósito do trabalho é verificar a aderência de diretrizes teóricas da ação contrainsurgente formuladas em 1964 pelo Coronel francês David Galula, em seu livro *“Counterinsurgency Warfare – Theory and Practice”*, nos procedimentos estadunidenses adotados entre os anos de 1964 e 1973 na Guerra do Vietnã. A relevância da pesquisa notabiliza-se por demonstrar que a grande potência militar ocidental do século XX, advinda de vitoriosas campanhas em guerras convencionais, não distinguiu o tipo de conflito em que se encontrava no Vietnã e, dessa forma, não empregou os ensinamentos teóricos contrainsurgentes de Galula, restringindo suas possibilidades de vitória. Para atingir tal propósito, o desenho da pesquisa foi realizado com base na análise da teoria e sua confrontação com a realidade vivenciada pelas forças norte-americanas no sudeste asiático. Com isso, após relacionar a paridade da primeira Lei Contrainsurgente de Galula e de seu princípio de “Total utilização dos ativos de uma força de contrainsurgência”, concluiu-se que a aplicação da força militar norte-americana em ações de atrito aumentou na medida em que os Estados Unidos da América não conseguiam angariar a vitória na guerra, dirigindo-se de encontro aos pressupostos teóricos fundamentados por Galula. Com o estudo, pode-se ampliar e desenvolver conhecimentos contrainsurgentes para a Marinha do Brasil e para o Corpo de Fuzileiros Navais, com orientação voltada para as operações que envolvam combate a insurgências.

Palavras-chave: Guerra irregular. Insurgência. Contrainsurgência. Teoria de David Galula. Guerra do Vietnã. Apoio da população

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Relação do apoio da população à insurgência no nível tático e sua correspondente contribuição aos sistemas operacionais da força irregular.....	53
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAP – *United States Marine Corps Combined Action Platoon* – Pelotão de Ação Combinada do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América

CIDG – *Civilian Irregular Defense Group* – Grupo de Defesa Irregular de Civis

CORDS – *Civil Operations and Revolutionary Development Support* – Agência de Apoio a Operações Civis e Desenvolvimento Revolucionário

EUA – Estados Unidos da América

FE – Forças Especiais

FNL – Frente Nacional de Libertação

MAAG – *Military Assistance Advisory Group* – Grupo Consultivo de Assistência Militar

MACV – *Military Assistance Command Vietnam* – Comando de Assistência Militar no Vietnã

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USMC – *United States Marine Corps* – Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A TEORIA DE CONTRAINSURGÊNCIA DE DAVID GALULA.....	10
2.1	Breve histórico sobre David Galula.....	10
2.2	Guerra revolucionária.....	11
2.3	A insurgência e seu padrão ortodoxo.....	12
2.4	A Contrainsurgência.....	14
2.5	Leis da Guerra de Contrainsurgência.....	15
2.6	Princípios da Guerra de Contrainsurgência.....	17
2.7	Primeira Lei de Contrainsurgência.....	19
2.8	Princípio da utilização total dos ativos do Contrainsurgente.....	21
2.9	Conclusões parciais.....	22
3	PARTICIPAÇÃO ESTADUNIDENSE NA GUERRA DO VIETNÃ.....	23
3.1	Antecedentes históricos.....	23
3.2	Início da participação estadunidense no conflito do Vietnã.....	25
3.3	Zippo Reide: o ator norte-americano na Guerra do Vietnã.....	28
3.4	O desfecho da Guerra.....	32
3.5	Ações estadunidenses voltadas para operações de contrainsurgência.....	33
3.6	Conclusões parciais.....	36
4	ADERÊNCIA ENTRE O MODELO DE GALULA E AS AÇÕES NORTE-AMERICANAS NO VIETNÃ.....	38
4.1	Utilização da Primeira Lei de Contrainsurgência.....	38
4.2	Emprego do princípio da plena utilização dos ativos da contrainsurgência.....	41
4.3	Conclusões parciais.....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	52
	ANEXO.....	53

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da expansão neocolonialista europeia no século XIX, enfrentamentos desproporcionais entre nativos e colonos ocorreram na Ásia e África. Entretanto, no século seguinte, estas dissidências transformaram-se substancialmente, fazendo com que conflitos irregulares¹ adquirissem um novo formato sistemático e metodológico, porém não uniforme.

As disputas ocorridas no Vietnã após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – 2ª GM enquadram-se nesse novo paradigma. Adotando um modelo de resistência com capacidade de infligir a seus oponentes pesados degastes tangíveis e, principalmente, intangíveis, os vietnamitas sustentaram um período conflituoso por aproximadamente 30 anos, sob diferentes inimigos, angariando a unificação e a independência de seu país.

Neste contexto, os Estados Unidos da América (EUA), então uma das maiores potências militares e econômicas mundiais do século XX, inserem-se na Guerra do Vietnã (1960-1975), na tentativa de impedir o avanço da influência comunista no sudeste asiático. As forças norte-americanas, então advindas de vitoriosas campanhas em guerras mundiais, deparam-se com um peculiar tipo de confronto, onde novas estratégias² demonstraram-se necessárias. Sendo assim, a Guerra do Vietnã possui relevância histórica, pois demonstrou que, mesmo sob ampla vantagem militar, uma grande potência foi derrotada em face das especificidades da guerra não convencional.

¹ Neste estudo, adotaremos o conceito de guerra ou conflito irregular como sendo o confronto armado realizado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões convencionais, contra uma administração local estabelecida (MD35-G-01).

² Adotamos, nesta pesquisa, a definição de estratégia como sendo a arte de preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem (MD35-G-01).

Inserido nesta conjuntura, o presente trabalho buscou um modelo teórico sobre combate à guerra irregular que apresentasse meios e métodos nos quais pudessem ser comparados à condução das ações estadunidenses no Vietnã. O modelo escolhido foi desenvolvido em 1964 por David Galula (1919 - 1967), em seu livro *“Counterinsurgency Warfare – Theory and Practice”*, em que se identificam diretrizes gerais a serem empregadas em conflitos não convencionais.

Fundamentado no que foi apresentado, o propósito desta pesquisa é verificar a aderência entre a teoria selecionada e a participação militar norte-americana no Vietnã, entre os anos de 1964 e 1973, por meio da seguinte pergunta: “A Primeira Lei de Contrainsurgência de David Galula e seu Princípio de Total utilização dos ativos de uma força de Contrainsurgência foram empregados pelos EUA durante a campanha na Guerra do Vietnã?”. A hipótese adotada é de que não houve aderência aos aspectos selecionados, podendo-se creditar este fato ao insucesso da campanha estadunidense.

Para atingir o propósito acima descrito, o trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos. Após a presente introdução, o segundo capítulo discorrerá sobre as vertentes teóricas do modelo de David Galula, apresentando características dos insurgentes, como também as leis e os princípios contrainsurgentes, enfatizando as diretrizes selecionadas para a comparação da pesquisa em tela.

No terceiro capítulo, será abordada a Guerra do Vietnã, com breve histórico de seus antecedentes, a escalada na participação militar norte-americana e o desfecho do conflito, assim como projetos de contrainsurgência estadunidenses realizados em prol da população vietnamita.

No quarto capítulo, serão confrontadas a lei e o princípio contrainsurgentes selecionados da teoria de Galula com as ações norte-americanas executadas no Vietnã dentro da moldura temporal estabelecida, verificando a aderência de tais disposições.

Em seu epílogo, serão apresentadas considerações finais da pesquisa, versando sobre a resposta de seu propósito e se a hipótese foi confirmada, juntamente aos fundamentos que corroboram tais reflexões. Ainda no capítulo final, será indicada a importância de uma doutrina voltada para contrainsurgência na Marinha do Brasil (MB) e no Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), fundamentada nas conclusões extraídas das ações estadunidenses no Vietnã e sua paridade com as diretrizes de teóricas.

Passaremos, no próximo capítulo, a estudar as abordagens formuladas por Galula e as especificações de suas regras que serão utilizadas como parâmetros deste trabalho.

2 A TEORIA DE CONTRAINSURGÊNCIA DE DAVID GALULA

Neste capítulo descreveremos sobre a teoria em que basearemos nosso estudo, analisando os conceitos explicitados por David Galula em seu livro: *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*. Primeiramente relataremos um breve histórico sobre o autor da teoria a ser estudada, para então abordarmos as definições e características de uma insurgência. Logo após, entraremos nas conceituações de contrainsurgência, destacando suas leis e princípios para, por fim, grifarmos os aspectos que serão utilizadas para compararmos com a realidade selecionada como objeto do trabalho.

2.1 Breve histórico sobre David Galula

Escreveremos, sucintamente, o histórico do autor da teoria de contrainsurgência abordada, considerado um dos maiores teóricos militares no assunto.

David Galula foi um francês que se formou, em 1939, na *École Spéciale Militaire de Saint-Cyr*³. Incorporou nas fileiras do Exército da França em 1940 e participou da campanha de seu país durante a 2ª GM, ao norte da África e na própria França. Obteve, também, experiência em conflitos irregulares como na Revolução Chinesa (1946-1950) e Guerra Civil na Grécia (1946-1949), nos conflitos da Indochina (1946-1954) e na Guerra da Argélia (1954-1962), participando militarmente desta última. Era Tenente-Coronel e encontrava-se pesquisando na *Research and Development Corporation*⁴ e no Centro para Assuntos

³ Escola militar francesa que oferece treinamento inicial para oficiais destinados a supervisionar as unidades operacionais do Exército, para assumir funções dentro do Exército, Defesa e estados-maiores multinacionais. Disponível em: <<https://www.st-cyr.terre.defense.gouv.fr/index.php/L-Academie/L-Ecole-Speciale-Militaire-de-Saint-Cyr>>. Acesso em 25abr2022.

⁴ *Research And Development (RAND) Corporation* é uma instituição *Think Thank* que desenvolve pesquisas e análises com o objetivo de criar um ambiente que promova a criatividade e permita a prosperidade em servir ao interesse público. Disponível em <www.rand.org> Acesso em 26 de junho de 2022.

Internacionais em Harvard quando escreveu o livro “*Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*”.

O livro tornou-se uma das principais fontes para doutrina norte-americana de Contrainsurgência, no qual militares e intelectuais estadunidenses, preocupados com as insurgências em que estavam envolvidos na década de 2000 – Iraque e Afeganistão – aderiram às teorias de Galula (MARLOWE, 2010).

Conforme John Nagl (1966 -), a primazia de Galula é transmitir instruções sobre como as forças de contrainsurgência podem proteger a população e ganhar seu apoio, adquirir informações úteis sobre os insurgentes e derrotá-los (GALULA, 1964).

Para entendermos a contrainsurgência, à luz teoria de Galula, precisaremos compreender, primeiramente, do que se trata a guerra revolucionária, o que é a insurgência e quem é o insurgente, como veremos a seguir.

2.2 Guerra Revolucionária

A guerra convencional nos traz para uma direção semelhante de conceituações, no entanto, concepções de guerra irregular não se encontram neste parâmetro de caracterizações congêneres.

Em uma guerra irregular não há regras específicas definidas, logo pontuar seus conceitos e princípios teóricos torna-se difícil pela vasta aplicabilidade em cenários diversos. Contudo, o valor deste tipo de guerra encontra-se justamente na característica de não apresentar padrões fixos e poder moldar-se em ambientes diferenciados, sendo uma forma de beligerância que transcende o limite da expressão militar (VISACRO, 2009).

Dentre as formas em que a guerra irregular se adapta e molda, pontuamos a guerra revolucionária, que no presente trabalho será utilizada como referência e similar conceituação de insurgência, de forma a simplificar o estudo.

A guerra revolucionária compreende ações no campo militar de um fenômeno político-social amplo, destinado à conquista do poder e alteração da ordem vigente, com implantação de um novo sistema. Os revolucionários desafiam a administração local, e o conflito é originário de sua ação pela tomada do poder. Esta guerra se alicerça na conquista da população e suas operações são de cunho político, permanecendo neste paradigma durante todo o conflito. Os movimentos e ações dos revolucionários serão realizados considerando os efeitos políticos de suas atividades (GALULA, 1964).

Em virtude de sua imprevisibilidade, a guerra revolucionária é difícil ao ser defrontada. Desta forma, Galula explica características dos insurgentes e analisa suas formas de abordagem, para então traçar leis e princípios para contê-la. Passaremos a desenvolver especificidades da insurgência no próximo subtópico.

2.3 A insurgência e seu padrão ortodoxo

No contexto de guerra revolucionária, o insurgente age criando instabilidade ao sistema administrativo de um local, realizando uma luta prolongada, planejada e conduzida de forma a atingir objetivos que alcancem a queda do poder administrativo vigente e sua posterior tomada.

Em virtude da desproporção inicial entre suas forças e as forças regulares de um governo constituído, o insurgente não possui poder para enfrentamento direto, recorrendo a

ideologia e a ações subversivas⁵ que o façam crescer ao longo da campanha – não há interesse em confrontação direta até que esteja capaz de resistir e responder à ação do oponente. Para atingir o poder político, a dissociação da população com o governo local é um dos objetivos cernes dos insurgentes, obtendo o apoio ou a submissão de quem os fará ganhar força. Dessa forma, o duelo pela população torna-se uma das principais particularidades em uma guerra insurgente (GALULA, 1964).

Como forma metodológica utilizada, Galula (1964) elucida um modelo de ação insurgente denominado “padrão ortodoxo”. Neste, a insurgência almeja uma transformação política no país, após a derrubada do *status quo* existente. Para atingir sua meta, os insurgentes seguiriam parâmetros sequenciais, com uma estratégia crescente, tanto em força quanto em abrangência. A partir da integração em torno de um partido, reuniriam aliados e progrediriam para uma etapa de guerrilha⁶, cuja finalidade passaria a ser o aumento do poder militar insurgente. A partir do momento em que possuam força para confrontar o governo local, um exército regular insurgente seria estabelecido. Neste escopo, a insurgência explorará a guerra de movimento⁷, utilizando sua fluidez, inteligência e logística relativamente simples, com o suporte da população, atacando a administração regular em local e momentos oportunos. Com o sucesso no crescimento do movimento irregular, o equilíbrio de forças

⁵ Método de guerra irregular que baseia suas atividades em ações psicológicas, ostensivas e cobertas, legais ou clandestinas, armadas ou não, realizadas com o propósito de obter o enfraquecimento da estrutura psicossocial, política, econômica, e militar de uma administração local, efetivando operações para difundir o proselitismo da organização irregular e atrair o apoio popular (MD35-G-01).

⁶ Guerrilha, neste estudo, é considerada uma forma de guerra irregular que abrange operações de combate executadas em território sob controle do inimigo, por forças predominantemente locais, de modo militar ou paramilitar, a fim de reduzir a eficiência de uma administração estabelecida nos campos político, econômico, psicossocial e militar (MD35-G-01).

⁷ É um tipo de guerra que se caracteriza pela ausência de frente estática e no qual as forças procuram obter ou conservar a iniciativa das ações, recorrendo à manobra, à organização dos fogos e à utilização do terreno (MD35-G-01).

antagônicas será alcançado e as operações de insurgência ampliam, visando o aniquilamento das forças regulares.

Compreendemos, a partir das especificações estudadas, que o movimento insurgente é, inicialmente, despercebido pela administração local, e seu crescimento é lento e gradual, atingindo objetivos intermediários por meio de subversão e conquista da população. Quando a ação é evidente ao poder regular, o insurgente possui força e influência suficientes para ameaçar suas estruturas e governança. A partir de então, entrarão em ação as forças contrainsurgentes, que serão abordadas no próximo subtópico.

2.4 A Contrainsurgência

Opondo-se à insurgência, a contrainsurgência é a força que age para manutenção do poder que controla a administração existente.

Na perspectiva do contrainsurgente, segundo Galula (1964), uma guerra revolucionária é dividida em dois períodos sequenciais: a guerra revolucionária fria e a guerra revolucionária quente. A primeira sucede-se enquanto a atividade dos insurgentes atua parcialmente à margem da legalidade e não gera violência. Em sua progressão, surge a guerra revolucionária quente, ocorrendo quando a insurgência se torna ostensiva, ilegal e violenta, com a força contrainsurgente sendo ordenada a intervir. Para fins didáticos deste trabalho, estudar-se-á a caracterização e detalhamento das ações das forças contrainsurgentes na guerra revolucionária quente.

No momento em que as forças regulares são acionadas para atuar em operações contrainsurgentes, o insurgente possui uma organização política, suas ações são explícitas, contudo, ainda opera clandestinamente. Inserido neste paradigma, Galula (1964) define leis e princípios nos quais uma força contrainsurgente utilizaria de forma a obter vantagens em

relação a seu oponente. Apesar de facilmente descritos, não possuem a mesma simplicidade para execução, conforme veremos no prosseguimento do estudo.

Na sequência deste capítulo, descreveremos um compêndio das ideias centrais de Galula nas Leis e Princípios para o contrainsurgente e, posteriormente, versaremos com maiores detalhes sobre a primeira lei de contrainsurgência, como também o princípio de “total utilização dos ativos do contrainsurgente”, de forma a ser harmônico com o campo de atuação planejado por este estudo.

2.5 Leis da Guerra de Contrainsurgência

Galula (1964) define quatro leis de contrainsurgência em seu livro, que podem ser desenvolvidas em ordem sequencial e não excludentes. Analisaremos uma síntese de tais regras no presente subitem.

A primeira lei de contrainsurgência – o apoio da população é tão necessário para a contrainsurgência quanto para a insurgência – surge do problema em manter uma área permanentemente fora do alcance de insurgentes e concentrar esforços onde for necessário. A relativa facilidade do contrainsurgente em concentrar seus esforços sob uma área e realizar ações cinéticas⁸ é enfraquecida pela flexibilidade de movimentos que o insurgente possui, podendo transferir-se para onde o ambiente lhe convenha. Desta forma, para manter o controle ativo de certa área, as forças regulares necessitam do apoio e cooperação da população (GALULA, 1964). Esta lei será ampliada em seu campo de abordagem por ocasião do estudo das diretrizes que utilizaremos para comparação com a realidade.

⁸ Nesta pesquisa, adotamos a definição de “ações cinéticas” como aquelas que envolvem movimentos (fogos, voos, deslocamento de tropas e de blindados) e produzem resultados tangíveis (destruição, captura, conquista) (MD35-G-01).

A segunda lei advém de uma defluência da primeira: o apoio da população é conquistado por meio de uma minoria ativa. De forma geral, Galula (1964) divide a população em três classes de participação política: uma minoria ativa a favor de uma causa, uma grande maioria neutra, e outra minoria contra a mesma causa. Para alcançar o suporte contrainsurgente da população, tanto quanto sua participação atuante opondo-se à insurgência, obter-se-ia o apoio da minoria ativa a seu favor, para conquistar os neutros e opor-se a minoria restante, até sua neutralização (GALULA, 1964).

A lei seguinte versa sobre a relatividade do apoio populacional pois, mesmo após obtido, não há garantia sobre a incondicionalidade situacional. A base de suporte da população terá que ser assegurada em ações políticas precedidas por operações militares e policiais contra os insurgentes (GALULA, 1964).

A quarta lei refere-se à intensidade e amplitude dos esforços e meios contrainsurgentes. As operações das forças regulares são intensas e de longa duração, necessitando de vastos recursos e meios. Suas ações deverão ser aplicadas sucessivamente em cada área, não podendo ser diluídas por todo país (GALULA, 1964).

Percebemos assim, nas leis de Galula, que a população é um dos objetivos na guerra revolucionária, sendo o foco da luta contrainsurgente – como é para seu oponente. As ações cinéticas e de atrição⁹ perdem relevância para uma abordagem indireta em busca do apoio da população. A vitória iniciar-se-á com a segregação dos insurgentes da população,

⁹ Adotamos, nesta pesquisa, a definição de atrito e/ou atrição com semelhante significado de guerra de atrito, sendo a forma de conduzir operações que se pauta em uma maciça aplicação do poder combatente, a fim de reduzir a eficiência de lutar do inimigo, por meio da perda de pessoal e material, buscando a consecução dos efeitos desejados por meio da destruição cumulativa dos meios físicos inimigos, ou o confronto direto com as unidades de combate inimigas de modo a neutralizá-las. Os resultados serão proporcionais ao nível de força empregada e, normalmente, mais custosos em pessoal e material, havendo também a tendência a maiores danos às áreas onde se desenvolvem as ações e, também, à população civil local (MD35-G-01).

mantida com seu apoio e base de sustentação. A organização política oriunda da população a favor da contrainsurgência será o alicerce das forças regulares.

Fundamentado em suas leis contrainsurgentes, Galula descreve princípios que guiarão as atividades de forças regulares e seus governos. Veremos, a seguir, estes princípios.

2.6 Princípios da Guerra de Contrainsurgência

Além de leis orientadoras para uma força contrainsurgente, Galula também sugere ações em forma de princípios durante uma guerra revolucionária quente. Conforme veremos neste tópico, estes princípios atuam como orientações gerais para nortear uma força no planejamento e na execução de suas atividades.

Pelo primeiro princípio, “economia de forças”, o contrainsurgente deve minar o insurgente por meio de ataques planejados e pontuais, desde que não engaje com grandes parcelas de seu poder combatente, possuindo reservas móveis que garantam flexibilidade em atacar o oponente em momento e lugar oportunos (GALULA, 1964).

No segundo princípio, definido como “irreversibilidade”, as forças regulares conquistariam o apoio populacional de forma crescente, obtendo líderes da própria população engajados na luta contrainsurgente e do desenvolvimento de sua autodefesa, dificultando a influência do insurgente, atingindo um processo de irreversibilidade na pacificação de determinada região (GALULA, 1964).

O próximo princípio, a “iniciativa”, muito utilizado pelos insurgentes no início de sua campanha e durante a guerrilha, deverá ser aplicado pelos contrainsurgentes para manterem-se à frente de seu oponente, tanto em nível nacional quanto local. Essa mesma iniciativa levaria o insurgente a uma indesejável escolha: lutar contra um inimigo superior para

não perder a influência sob a população ou simplesmente desistir e tentar realizar sua guerrilha em outra área (GALULA, 1964).

O quarto princípio, que aborda sobre a “total utilização de seus ativos”, Galula (1964) expressa que o contrainsurgente pode aplicar seus recursos diretamente sobre a população. Esta ação seria traduzida pela atuação da ampla capacidade administrativa, recursos econômicos, meios de propaganda e força militar junto à população, na garantia de sua segurança e infraestrutura, além do apoio logístico necessário, obtendo, com isso, seu apoio. De forma similar à primeira lei de Galula, este princípio será ampliado em seu estudo posteriormente, visando maiores detalhamentos para comparação com a realidade.

O penúltimo princípio versa sobre a “simplicidade”. Neste ponto, Galula (1964) relata a dificuldade de parametrização em uma guerra revolucionária, ao contrário do que ocorre, relativamente, em uma guerra convencional. A simplicidade torna-se requisito fundamental em um campo difuso e volátil vivenciado pela contrainsurgência. Há necessidade de definição ampla do objetivo a ser alcançado e como conquistá-lo, de forma a estimular a iniciativa de todos comprometidos com a realização de ações.

“Comandar é controlar” é o último princípio descrito por Galula (1964). Utilizando uma estratégia gradual e detalhada, o contrainsurgente poderá avaliar a situação e conduzir a guerra, alterando a utilização de suas peças na medida dos avanços obtidos ou das falhas ocorridas, reunindo seus meios em um esforço único.

Com estes princípios, Galula exemplifica ações nas quais a administração de um governo e suas forças armadas e policiais poderiam realizar, de forma a obter maiores possibilidades de sucesso em uma guerra revolucionária. Estas diretrizes são explicitadas de forma geral e poderão ser aplicadas em diferentes situações e momentos nos conflitos com estas dimensões.

Abordaremos, a partir de então, a lei e o princípio que nortearão a comparação com a realidade centrada no objeto da presente pesquisa.

2.7 Primeira Lei de Contrainsurgência

Neste subitem, estudaremos sobre a primeira lei de contrainsurgência de Galula, que expõe a importância do apoio da população para ambos os lados antagônicos em uma guerra revolucionária.

Versando sobre a importância em termos de níveis de condução de uma guerra¹⁰ para o lado insurgente, a população é capaz de oferecer suporte suficiente para a insurgência no nível tático, viabilizando o funcionamento dos sistemas operacionais¹¹ guerrilheiros. No nível estratégico, a população, com seu apoio, pode prorrogar indeterminadamente o conflito, fazendo com que o desgaste das forças regulares ao longo do tempo seja fundamental para a vitória insurgente. Em termos do nível político, exercem pressão e influência sobre as decisões de governos, além de persuadirem a opinião pública, para o atendimento aos anseios e objetivos insurgentes (VISACRO, 2009). Em face de oferecer resultados profícuos em todos os níveis de condução de um conflito, o apoio da população torna-se fundamental em uma guerra de insurgência.

Adicionalmente, em uma guerra revolucionária, a fluidez dos guerrilheiros¹² torna difícil a missão de forças regulares se sobreporem a um inimigo que não luta por ocupação de terreno em troca de tempo, como nas guerras convencionais. Em combates contra forças

¹⁰ Níveis de condução da guerra são escalões nos quais é organizada a gestão da guerra, onde são atribuídas responsabilidades inerentes aos esforços quanto a organização, preparação e condução da guerra. Estes escalões são dispostos nos níveis de decisão político, estratégico, operacional e tático (MD30-M-01; MD35-G-01).

¹¹ Na tabela anexa a esta pesquisa, podemos observar a relação de apoio tático da população com o funcionamento dos sistemas operacionais de uma insurgência.

¹² Nesta pesquisa, utilizaremos o termo guerrilheiro com similar definição de insurgente.

regulares, os guerrilheiros têm a flexibilidade de se deslocarem para regiões onde permaneçam com suas atividades, sendo dificilmente cercados e extintos pela força cinética regular.

Por outro lado, o controle de uma área pelo contrainsurgente poderá ocorrer, com a expulsão de guerrilheiros e neutralização de suas bases, retornando ao *status quo* de normalidade na administração de determinada região, o que será vantajoso à contrainsurgência. No entanto, em uma guerra revolucionária, um dos desafios é manter este local sob controle das forças regulares e continuar prosseguindo em suas missões, pois o insurgente desloca-se para onde lhe interessa, podendo retornar ao local que antes fora perdido (GALULA, 1964).

Conforme descrito por Visacro (2009), o contrainsurgente vencerá quando detiver o apoio ativo da população, com as forças que atuam contra o governo local permanentemente separadas de seus habitantes. A insurgência ainda poderá atuar, entretanto sua capacidade estará degradada em força e repercussão.

Inserido neste paradigma, a ação principal da contrainsurgência deverá ser realizada sobre o real ponto focal e meta para obtenção de sucesso em guerras revolucionárias, a população. Esta, quando apoiando a contrainsurgência, manterá o efetivo controle e influência locais após as ações regulares que lograram êxito em afastar a insurgência. Ressalta-se que esta aliança entre a população e a contrainsurgência será alcançada a partir do momento no qual o insurgente não possa mais influenciá-la, com as forças regulares proporcionando segurança àqueles que irão prestar colaboração essencial para sua vitória. Neste cenário, a própria população agirá, mantendo a insurgência alheia a seu apoio.

2.8 Princípio da utilização total dos ativos do Contrainsurgente

O princípio da utilização total dos ativos do contrainsurgente, definida por Galula (1964), está intrinsecamente ligado com sua primeira lei, pois argumenta sobre a utilização do amplo conjunto de capacidades pertencentes aos contrainsurgentes em prol da população.

Todavia, a adversidade deste princípio reside em efetivá-lo em um cenário político-social deteriorado pela insurgência, em que a administração regular é incapaz de promover reformas fundamentais ao atendimento das necessidades de sua população e a força irregular encontra-se atuando ativamente no seio dos residentes locais (VISACRO, 2009).

Concentrando seus esforços na população, o contrainsurgente potencializa o uso de suas competências, tais quais a capacidade administrativa, os recursos econômicos, os meios de informação e a superioridade bélica – recursos estes secundários contra o insurgente ativo – recuperando o valor quando empregados na tarefa de obter o apoio da população (GALULA, 1964).

Em sua obra, Visacro (2009) pontua uma uniformidade em manuais de contrainsurgência sobre a utilização dos recursos em prol da população, conforme abaixo:

Os manuais militares de contrainsurgência (...) apontam, de um modo geral, para a necessidade de uma abordagem civil-militar integrada; a ênfase na promoção de reformas sociais e no desenvolvimento de políticas públicas focadas na melhoria das condições de vida da população, em detrimento da condução de operações de combate de maior envergadura; apontam para a necessidade preponderante de isolar os guerrilheiros e os terroristas da população civil; a necessidade de privar as forças irregulares de seus apoios domésticos, de seus locais de refúgios e de seus patrocinadores externos; enfatizam a importância das operações psicológicas, das atividades de inteligência e das missões tipo polícia; advogam o emprego moderado da força letal e o uso de forças nativas de segurança (VISACRO, 2009, p. 345).

Em concordância com o observado, os recursos e capacidades contrainsurgentes podem ser utilizados em ações integradas cívico-militares, com o aproveitamento de toda a infraestrutura logística e de comando e controle que uma força armada possui. Tudo isso em

prol de efetivas ações programadas pela administração local, adicionadas a políticas voltadas para a população, visando, com isso, a separação de insurgentes dos habitantes locais.

Inserida na guerra revolucionária, as forças regulares podem contrabalancear o poder da causa insurgente ao lançar mão de seus meios e competências, protegendo a população e atraindo seu apoio, fazendo com que a força insurgente perca seu suporte.

2.9 Conclusões parciais

Consoante com a obra de Galula, caracterizamos uma guerra revolucionária, como também as ações dos insurgentes causadores desse conflito, fundamentados pela busca política para agirem. Em aditamento a estes conhecimentos, identificamos o ator contrainsurgente, assim como leis e princípios que subsidiam suas ações para opor-se a um inimigo na conquista do que se torna o objetivo deste tipo de conflito: a população.

Apresentamos diretrizes que se instrumentam como ações contra o movimento insurgente, em uma guerra revolucionária quente, para que forças regulares direcionem seu planejamento e adequem seu poderio convencional a esta divergente realidade.

Após estudar os dois aspectos que formam a base teórica desta pesquisa, verificamos que ambas se complementam. O apoio da população será angariado quando a contrainsurgência obtiver êxito em protegê-la da insurgência e oferecer meios e métodos de melhorias para a evolução social dos habitantes locais, além do efetivo controle no isolamento dos insurgentes. Essas diretrizes demonstram a importância das atividades voltadas para a população, em detrimento de ações cinéticas realizadas em um conflito convencional.

Com o arcabouço teórico definido por Galula, observaremos, no próximo capítulo, as ações adotadas pelos EUA no conflito do Vietnã, objeto de estudo desta pesquisa, e, posteriormente, verificaremos o nível de adoção de tais elementos teóricos.

3 PARTICIPAÇÃO ESTADUNIDENSE NA GUERRA DO VIETNÃ

Neste capítulo abordaremos os fatos ocorridos durante a participação dos EUA na Guerra do Vietnã, apresentando, inicialmente, um breve histórico de eventos que a antecederam. Na sequência desta seção, expor-se-á o envolvimento estadunidense pré-conflito, a participação com a escalada militar norte-americana a partir de 1964, o desfecho do conflito após sua saída e as ações tipicamente contrainsurgentes realizadas pelos EUA. No encerramento do capítulo, versaremos sobre uma conclusão parcial.

3.1 Antecedentes históricos

Descreveremos brevemente, neste subitem, os acontecimentos e fatos que ocorreram antes da Guerra do Vietnã, além de eventos sucedidos após seu início, até a fase na qual os EUA iniciam as ações militares.

O atual Vietnã é um país localizado no sudeste asiático, banhado pelo Golfo de Tonquin e Mar do Sul da China. Em meados do século XIX, encontrava-se como uma colônia pertencente à Indochina Francesa. No século seguinte, movimentos internos despontam no Vietnã em busca da independência de sua metrópole e, em 1941, Ho Chi Minh¹³ funda a Liga da Independência do Vietnã, conhecida como Vietminh, um movimento de caráter revolucionário anticolonialista. Após a 2ªGM, o país é dividido entre uma zona de ocupação chinesa ao norte e outra britânica ao sul. Nesse contexto, Ho Chi Minh declara independência do Vietnã, em 1945, porém o governo britânico entrega o controle do Sul do país aos

¹³ Ho Chi Minh foi um vietnamita nascido em 1890, estudou o Ensino Médio em Hue, sendo expulso por atividades revolucionárias. Residiu nos EUA e na Inglaterra, conheceu a ex-URSS e a China, encontrando-se com líderes revolucionistas. Em 1931, foi um dos fundadores do Partido Comunista Indochinês e, em 1941, fundou o Vietminh, tornando-se um dos líderes da luta vietnamita por independência e unificação e seu país (HASTING, 2021).

franceses, e os chineses retiram-se do Norte, com o governo francês declarando a formação de uma república autônoma (JOHNL NAGL, 2002; MAGNOLI, 2006).

Após a postura adotada pela França, o Vietminh reage por meio de atos de terror, dando início à Guerra da Indochina (1946-1954). Ao final deste conflito, com a derrota francesa, a antiga colônia deixa de existir e o Vietnã é dividido pelo paralelo 17, nos acordos realizados durante a Conferência de Genebra (1954), onde se formalizou que haveria, em um período de dois anos, eleições gerais para unificação do país. Instala-se então, ao norte, a República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte), um governo de orientação marxista sob regência de Ho Chi Minh, com capital em Hanói. Ao sul, forma-se a República do Vietnã (Vietnã do Sul), com um regime pró-ocidental sediado em Saigon, sua capital, sob governo de Bao Dai (VISACRO, 2009).

Em outubro de 1956, Ngo Dinh Diem, então Primeiro-Ministro do governo de Saigon, negando-se a realizar as eleições acordadas na Conferência de Genebra, convoca um referendo que depunha Bao Dai e designava o próprio Diem como presidente e Chefe de Estado do Vietnã do Sul (HASTINGS, 2021). O novo governo passa a receber assistência financeira direta dos EUA, além de conselheiros militares americanos que começam a treinar seu exército (MAGNOLI, 2006).

Desta forma, sob uma visão da Guerra Fria¹⁴, os dois Estados alinhavam-se ideologicamente e politicamente às superpotências globais rivais. O Vietnã do Norte detinha orientação marxista pró ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), enquanto o Vietnã do Sul possuía, como aliado, os EUA. Em face da dicotomia ideológica, a relação entre os novos Estados apresentava-se sob tensão desde os primórdios de seus estabelecimentos.

¹⁴ Período caracterizado por uma bipolaridade mundial, rivalizado entre EUA e a extinta URSS, ocorrido entre 1947 e 1991, na qual ambos atores polarizavam a disputa por influência no mundo.

Em Saigon, o governo de Diem, corrupto e impopular, adota medidas violentas e torna-se autoritário, deteriorando o quadro político do país, ampliando o apoio popular ao Vietminh (VISACRO,2009). A partir de 1957, os vietcongs¹⁵ começam a atacar oficiais sul-vietnamitas e criam um centro de comando para suas ações, além de exigirem a reunificação do país. Na expansão de suas atividades, em 1959, Ho Chi Minh conclama uma guerra popular no Vietnã do Sul. Em 1960, Hanói impõe o recrutamento militar universal e Ho Chi Minh estabelece a Frente Nacional de Libertação (FNL), o comando político da guerrilha empreendida Vietnã do Sul (MAGNOLI, 2006). No ano seguinte, surge seu braço armado, o Exército Norte-vietnamita. Em poucos meses, o Vietnã do Sul encontrava-se sob estado de emergência, pressionado pelas ações do Norte – a Guerra do Vietnã se inicia sem qualquer declaração formal (VISACRO, 2009).

Neste diapasão, ainda restabelecendo-se ao fim do conflito contra os franceses, a região da Indochina insere-se em outra guerra, desta vez confrontando-se, de um lado, o Vietnã do Norte, com seu exército e a FNL, e, de outro, o Vietnã do Sul com apoio dos EUA. Veremos, no próximo subtópico, o envolvimento estadunidense no enredo desta trama conflituosa, onde interesses distintos fizeram com que a Indochina estivesse em guerra durante, aproximadamente, 30 anos.

3.2 Início da participação estadunidense no conflito do Vietnã

Transcorreremos, neste subtópico, sobre a gradual inserção estadunidense no conflito do Vietnã, até o ano de 1963.

¹⁵ Guerrilheiros pertencentes ao Vietnã do Norte.

O envolvimento dos EUA nos conflitos do Sudeste Asiático foi progressivo. Alinhando-se contra a expansão comunista intencionada pela ex-URSS, forneceu material bélico aos franceses durante a Guerra da Indochina. A partir de 1956, proporcionou apoio político, material e, principalmente, treinamento militar ao Vietnã do Sul (VISACRO, 2009).

A queda da China para as forças de Mao Tse-Tung¹⁶ (1893 – 1976), em 1949, mudou a visão norte-americana sobre a importância do Vietnã. A guerra da Coreia (1950-1953) e a derrocada francesa na Indochina representavam mais um perigo ao conflito político e ideológico inserido na Guerra Fria, apontando para um iminente desmoronamento das posições do ocidente capitalista na Ásia. Os EUA decidem agir na Indochina, ainda na década de 1950, com o envio de conselheiros militares¹⁷ para auxílio e treinamento das forças armadas locais (NAGL, 2002).

Conforme relatado pelo General Westmoreland¹⁸ (1914 - 2005),

Nos primeiros anos da ajuda norte-americana, a partir do final de 1954, com a invasão convencional da Coreia ainda em mente, o pensamento do Pentágono era criar um exército sul-vietnamita capaz de resistir a uma invasão por tempo suficiente para permitir a intervenção de uma força internacional para contornar a agressão aberta (NAGL, 2002, pg 120, tradução nossa).¹⁹

De acordo com o exposto, os EUA, preocupados com o cenário geopolítico mundial, inserem-se no sudoeste asiático na tentativa de aumentar sua esfera de influência²⁰

¹⁶ Fato ocorrido na Revolução Chinesa em 1949, com vitória do Partido Comunista Chinês de Mao Tse-tung - líder guerrilheiro e autor de trabalhos sobre guerra irregular.

¹⁷ Primeiramente, um Grupo Consultivo de Assistência Militar (MAAG). O Estado-Maior Conjunto dos EUA propôs que o MAAG fosse atualizado para o *status* de comando do exército em novembro de 1961, e o presidente Kennedy concordou. O Comando de Assistência Militar no Vietnã (MACV) tornou-se operacional em 8 de fevereiro de 1962 (NAGL, 2002).

¹⁸ General do Exército norte-americano que comandou o MACV de 1964 a 1968.

¹⁹ Texto original em língua inglesa: *"In the first years of American aid beginning in late 1954, with the conventional invasion of Korea still fresh in mind, the Pentagon's thinking was to create a South Vietnamese army capable of resisting an invasion long enough to enable an international force to intervene in order to circumvent overt aggression. That led inevitably to the creation of a conventional force organized into divisions and corps."*

²⁰ A esfera de influência estava relacionada diretamente com a chamada "Teoria do Dominó", onde previa-se que a queda do Vietnã do Sul para o domínio de um regime comunista influenciaria na conversão de toda Indochina para o comunismo, causando um desbalanço na geopolítica mundial – em desfavor dos EUA.

e doutrinar uma nova tropa a defender-se, pois o estado sul-vietnamita não proporcionava proteção suficiente à expansão comunista na Ásia.

A partir de então, aumentando sua esfera de atuação, o montante militar estadunidense cresceu gradativamente. Em 1960, havia menos de mil assessores norte-americanos no Vietnã do Sul. Em seguida, houve a permissão para que estes acompanhassem as missões de combate. Na sequência progressiva de participação, os EUA enviam helicópteros com tripulações e contingentes de forças especiais, para participar das ações nas selvas vietnamitas. Em 1962, o quantitativo de consultores militares chega a 12 mil e oficiais estadunidenses começam a assumir a direção das tropas sul-vietnamitas nas frentes de batalha (MAGNOLI, 2006; VISACRO, 2009).

Em janeiro de 1963, na Batalha de “Ap Bac”, guerrilheiros vietcongs derrotavam uma força mais numerosa de soldados sul-vietnamitas equipados pelos EUA. Diversos protestos são aclamados contra o governo de Diem em Saigon, culminando com a imolação de monges budistas que atearam fogo ao próprio corpo – fato que choca a opinião pública norte-americana. O governo sul-vietnamita encontrava-se perdendo o apoio de sua população (HASTINGS, 2021).

Em novembro de 1963, o presidente Diem fora deposto e assassinado. Uma junta militar, comandada pelo general Nguyen Van Thieu, assume o poder em Saigon. Ainda assim, o colapso do regime sul-vietnamita era iminente (VISACRO, 2009).

Analisando a participação dos EUA no período anterior ao início do engajamento direto de suas forças na Guerra, a partir de 1964, verificamos que, logo nos primórdios de um Estado ao Sul do Vietnã, os norte-americanos enviaram monitores para auxílio militar, treinando o exército daquele país. Este suporte destinava-se a criar um exército que resistisse a possível invasão das tropas de Hanói. Em sua obra, Nagl (2002) relata a falta, naquela época,

de uma doutrina voltada à contrainsurgência nos EUA, os quais, em sua maioria, opinavam que a forma convencional antes aplicada e vencedora em diversas guerras também os faria obter êxito na batalha vivenciada – treinando, neste modelo regular, o Exército sul-vietnamita.

Com a Guerra Fria e o temor da ocorrência da teoria do dominó, os EUA ingressavam num conflito no qual não compreendiam a concepção das atividades a adotar para o possível êxito. Continuavam com a mentalidade de conflitos convencionais e aumentaram, de forma gradual, sua participação, até o início de envio de tropas para as frentes de combate, que observaremos e detalharemos no próximo subtópico.

3.3 Zippo Reide: o ator norte-americano na Guerra do Vietnã

Neste subtópico, abordaremos a participação norte-americana na Guerra do Vietnã entre os anos de 1964 e 1973, com a entrada das tropas estadunidenses nos engajamentos diretos na Guerra, sua tática de “busca e destruição”, assim como a degradação da opinião pública interna norte-americana e o início da retirada de seus militares do conflito.

Em agosto de 1964, um navio norte-americano – USS Maddox – é atacado por lanchas norte-vietnamitas no Golfo de Tonquim, fato que faz o Congresso norte-americano autorizar o aumento de seu envolvimento militar no conflito (MAGNOLI, 2006). Em 1965, com vietcongs e tropas regulares do Vietnã do Norte operando nas proximidades de Saigon – infiltravam-se no Vietnã do Sul por meio do Laos e Camboja – os EUA enviam as primeiras forças de combate terrestre para protegerem as instalações logísticas da base aérea de Da Nang, ao norte do país. Em julho, os EUA decidem enviar 125 mil homens para lutar na Indochina e, em agosto, iniciam os bombardeios aéreos contra o território norte-vietnamita (NAGL, 2002).

No início do desembarque de tropas norte-americanas, 80% da área rural do Vietnã do Sul era dominado pela guerrilha vietcong (VISACRO, 2009). Com a consecução dos engajamentos, o paradigma deste conflito tornava-se patente: por um lado, ações limitadas e sabotagens pela parte norte-vietnamita, evitando a participação de suas tropas em confrontos diretos; e, por outro, bombardeios aéreos e ofensivas norte-americanas contra forças inimigas localizadas no Vietnã do Sul. Os confrontos abertos eram assimétricos pelo grande poder de fogo dos EUA, entretanto as ações limitadas dos vietcongs desgastavam as tropas estadunidenses e as forças sul-vietnamitas (MAGNOLI, 2006). Hanói conduzia uma guerra irregular com os vietcongs e uma guerra convencional com suas tropas regulares – ainda mantendo características de guerrilha.

Taticamente, nos combates diretos, a capacidade logística, mobilidade e poder de fogo das tropas estadunidenses as tornavam superiores a seus oponentes. Contudo, não possuíam habilidades em tarefas de contrainsurgência, delegando tal ação às impopulares, despreparadas e corruptas tropas militares sul-vietnamitas. Estrategicamente, havia um impasse – EUA não seriam derrotados em batalhas, entretanto não venciam a guerrilha vietcong (VISACRO, 2009).

Os EUA, então, começam a aplicar a estratégia de “busca e destruição”²¹ de inimigos norte-vietnamitas dentro do Vietnã do Sul. O Vietnã do Norte não deveria ser invadido, de forma a evitar a entrada e possível envolvimento de tropas chinesas e soviéticas na Guerra. Na continuidade e progressão das ações de atrito, bombardeios aéreos norte-americanos são intensificados contra alvos pertencentes ao Vietnã do Norte. Em oposição às

²¹ Segundo Visacro (2009), estas operações, utilizadas durante a 2ª GM, caracterizavam-se pela busca e fixação do inimigo, utilizando sistemas de apoio de fogo e manobra, para, posteriormente, cerrar sobre o oponente, destruindo-o pelo fogo.

ações estadunidenses realizadas no Vietnã, protestos populares nos EUA aumentam em 1966 (MAGNOLI, 2006).

Impotentes contra a presença guerrilheira nas aldeias, onde os vietcongs conseguiam grande parte de seu suporte logístico, militares estadunidenses passam a queimar vilarejos, expulsando suas populações, na tentativa de cortar a fonte de apoio à guerrilha. Denominadas “Zippo Reide”²², estas ações se tornaram crimes de guerra, dentre os quais figura com maior repercussão o caso da aldeia My Lai²³, em 1968, em que ocorreu o massacre e assassinato de moradores locais (VISACRO, 2009).

No início de 1968, uma operação norte-vietnamita realizada no feriado do Tet²⁴ alteraria os rumos dos EUA na Guerra. Em 30 de janeiro daquele ano, aproximadamente 100 mil guerrilheiros realizaram ataques simultâneos contra povoados e localidades do Vietnã do Sul, com foco em Saigon. Cidades transformaram-se em palcos de guerra que, televisionados, atraíram a atenção do mundo para o sofrimento no Vietnã. A ofensiva surpreendeu pela abrangência territorial, quantidade e dimensões dos ataques. Passado o súbito inicial, as tropas norte-americanas e o Exército Sul-vietnamita subjugaram as forças guerrilheiras (HASTINGS, 2021). A operação tática comunista, em si, não funcionou, mas o cenário televisionado degradou a propaganda estadunidense, pois divulgou dois aspectos: a ideia de a guerra não estar sendo ganha, apesar de elevados custos financeiros e de vidas; e que os EUA estavam exercendo o papel de potência opressora (MAGNOLI, 2006).

²² De acordo com Visacro (2009), unidades norte-americanas foram chamadas de “Zippo Reide” em deferência aos isqueiros utilizados na época para queimar palhoças.

²³ Em março de 1968, no vilarejo My Lai, localizado na província de Quang Ngai, uma divisão do exército norte-americano cometeu um massacre com o assassinato de aproximadamente 500 civis camponeses, de todas as idades e ambos os sexos (HASTINGS, 2021).

²⁴ O Tet é o principal feriado vietnamita, dia em que comemoram uma nova chegada lunar.

Para o esforço de guerra dos EUA, a ofensiva do Tet foi uma vitória tática, mas uma derrota psicológica que atingiu os níveis estratégico e político. O resultado levou ao isolamento político do governo de Washington, com crescentes manifestações internas contra a guerra (VISACRO, 2009). A relação entre efeitos e resultados em diferentes níveis de condução da guerra demonstrava que o conceito de vitória necessitava de uma nova abordagem pelos norte-americanos.

Ao descontentamento da opinião pública dos EUA somava-se o custo político não benéfico da participação estadunidense na guerra, sinais que orientavam para o fim de sua presença no Vietnã. O governo de Washington inicia, então, o processo de vietnamização²⁵ do conflito, com a progressiva remoção de suas tropas da Guerra. Em 1969, as primeiras unidades militares estadunidenses retiraram-se do Vietnã (HASTINGS, 2021).

O governo norte-americano, na tentativa de desarticular o fluxo de meios e suprimentos de seu oponente, autoriza, em 1970, suas unidades a invadirem o Camboja, para destruírem bases e instalações logísticas pertencentes aos guerrilheiros de Hanói (NAGL, 2002). Os EUA iniciam a chamada “paz com honra”, em que reduzem o efetivo de suas tropas no conflito e intensificavam os bombardeiros contra o Norte (MAGNOLI, 2006).

A insatisfação da opinião pública e a crescente oposição interna à participação estadunidense no Vietnã alcançaram, em 1972, o apogeu. Seu efetivo militar, que chegou a passar de 500 mil militares em solo vietnamita, reduzira-se a menos de 100 mil (VISACRO, 2009). Com o colapso da vontade política norte-americana em prosseguir na guerra e a continuidade de seus bombardeios aéreos em território norte-vietnamita, as partes beligerantes chegam a negociações em 1973. No início daquele ano, os Acordos de Paris são

²⁵ Política dos EUA cujo propósito era promover redução gradual de tropas norte-americanas na Guerra do Vietnã, criando condições e capacitando o Exército sul-vietnamita a continuar o conflito sem assistência estrangeira.

firmados entre os governos de EUA, Vietnã do Sul e Vietnã do Norte, determinando o cessar-fogo, com a retirada norte-americana do conflito (MAGNOLI,2006).

A Guerra do Vietnã dirigia-se ao seu epílogo.

3.4 O desfecho da Guerra do Vietnã

Com menos de dois anos após a saída de tropas dos EUA do Vietnã, forças do governo de Hanói entravam vitoriosas em Saigon, como veremos nesta seção.

Em 1974, as hostilidades prosseguiram. Após a retirada dos EUA do conflito, o exército sul-vietnamita exauria-se, enquanto Hanói era reforçado pelo apoio comunista externo – China e ex-URSS – fortalecendo seu poder combatente. Um ano após, ataques do Vietnã do Norte colapsaram o exército sul-vietnamita. Em abril, Saigon encontrava-se sob fogo inimigo (HASTINGS, 2021; MAGNOLI, 2006).

A queda do Vietnã do Sul, em 1975, representou uma derrota ao país mais poderoso do mundo: camponeses revolucionários prevaleceram sobre a riqueza e o aparato militar norte-americanos. As imagens da fuga de Saigon por civis e militares estadunidenses remanescentes, além de vietnamitas partidários aos EUA, veicularam o mundo, consagrando a derrota da potência hegemônica ocidental (HASTINGS, 2021).

A imposição da rendição sul-vietnamita assinalou a vitória de Hanói – rebatizada com o nome de Ho Chi Minh, em homenagem ao líder criador da resistência. A independência conquistada após a Guerra da Indochina tornava-se completa com a unificação do país, nomeado República Socialista do Vietnã, em 1976 (VISACRO, 2009).

3.5 Ações estadunidenses voltadas para operações de contrainsurgência

Apesar do amplo emprego de ações de guerra convencional, ações de contrainsurgência foram aplicadas pelas tropas estadunidenses durante a Guerra do Vietnã. Neste subitem, descreveremos alguns programas que tiveram este escopo.

No início da década de 1960, os EUA implantaram uma operação de contrainsurgência, na qual denominaram Grupo de Defesa Irregular de Civis (CIDG²⁶). A experiência começou na aldeia de Buon Enao, na província de Dalarc, em que os aldeões foram armados e organizados, além de receberem assistência médica e agrícola, sob a supervisão de militares das Forças Especiais (FE) do Exército dos EUA (NAGL, 2002). O CIDG demonstrava-se eficaz na contenção de infiltrações vietcongs e as FE chegaram a liderar um montante de 50 mil combatentes vietnamitas operando no sudeste asiático, com aproximadamente 40 aldeias pacificadas e o projeto sendo expandido. No entanto, distante de iniciar um ciclo de aprendizagem com as novas técnicas, em 1965, foi alterado para enfatizar as operações ofensivas em detrimento da segurança das aldeias e, com isso, perdeu sua eficiência (CASSIDY, 2004; MARSTON, 2008).

Também inserido nas ações de contrainsurgência, os norte-americanos estabeleceram as chamadas “aldeias estratégicas”. Na tentativa de isolar a população dos guerrilheiros em um projeto de pacificação, os estadunidenses criaram localidades para moradia dos vietnamitas, com aldeias fortificadas e a segurança sendo provida pelas forças dos EUA, além de rígido controle populacional e assistência econômica. A intenção era de se criar anéis de segurança que se expandiriam para outros vilarejos (MARSTON, 2008; VISACRO, 2009). Entretanto, o projeto fracassou, em grande parte devido ao esforço de implementação

²⁶ Do inglês “*Civilian Irregular Defense Group*”- CIDG.

que criou povoados antes da pacificação de antigos, além da falta de recursos destinados ao programa e da seleção de locais onde os vietcongs possuíam grande ingerência. Com metas superestimadas e prazos inexecutáveis, criaram-se aldeias inacabadas e sem a proteção que lhes era necessária (NAGL, 2002).

Houve, ainda, o Pelotão de Ação Combinada do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA (CAP²⁷), que proporcionou melhoria na proteção de vilarejos vietnamitas. Composto pela integração de militares do Corpo de Fuzileiros Navais norte-americanos (USMC²⁸) e pelotões de forças regionais, estas frações patrulhavam, defendiam e viviam nas aldeias, concentrando-se na segurança e pacificação. Com foco em áreas densamente povoadas, o CAP impedia que vietcongs coagissem a população local a fornecer suporte e informações, protegia a infraestrutura das aldeias e as vias de comunicação entre vilarejos, além de realizar ações cívicas e conduzir propaganda contra os vietcongs. Este programa tornou-se uma das ações de contrainsurgência mais produtivas contra os insurgentes, empregando economia de força militar e maximizando a utilização da população local (CASSIDY, 2004).

O CAP, entretanto, demonstrou suas falhas, apresentando efeitos apenas transitórios. Com equipamentos e treinamentos precários, as aldeias tornaram-se dependentes do apoio militar dos fuzileiros navais para efetiva segurança (CASSIDY, 2004).

Em 1968, quando o General Creighton Abrams²⁹ (1914 - 1974) assumiu o comando do MACV, uma nova abordagem da guerra foi iniciada, empreendendo a pacificação como

²⁷ Do inglês "United States Marine Corps *Combined Action Platoon*" - CAP. O experimento CAP foi iniciado pelo capitão da marinha Jim Cooper, que decidiu enviar fuzileiros navais dentro do vilarejo de Thanh My Trung e deixá-los na região. Aumentando as operações combinadas com a unidade de forças populares no vilarejo, as táticas de Cooper resultaram em abandono dos vietcongs da aldeia (NAGL, 2002).

²⁸ USMC - *United States Marine Corps* (Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América).

²⁹ General do Exército norte-americano que assumiu o comando do MACV em 1968, após a saída do General Westmoreland.

temática. Sua estratégia apresentou sucesso, com um programa para pacificação e desenvolvimento a longo prazo do Vietnã do Sul (NAGL, 2002).

Com a nova abordagem do MACV, um projeto de contrainsurgência que existia desde o ano anterior foi incrementado – a Agência de Apoio a Operações Civas e Desenvolvimento Revolucionário (CORDS³⁰). O programa foi expandido, com investimento de recursos e pessoal, fazendo com que a Agência supervisionasse o esforço de pacificação. Constituído para as demandas de uma guerra de contrainsurgência, a CORDS possuía equipes consultivas distribuídas por todo país, integrando pessoal civil e militar, promovendo uma abordagem político-militar para reconhecimento e solução de problemas voltados à população. Proporcionou maior apoio e financiamento às forças de segurança do Vietnã do Sul, equipes para integração de vilarejos e forças de autodefesa de aldeias – com patrulhamento de pequenas unidades de tropas norte-americanas e sul-vietnamitas, além de incluir o Programa “Phoenix”³¹. A campanha do programa concentrou-se na segurança territorial, neutralizando a infraestrutura guerrilheira vietcong, apoiando a autodefesa das aldeias e fortalecendo o governo local. Os esforços da CORDS fizeram com que 2.600 vilarejos fossem pacificados (CASSIDY, 2004; NAGL, 2002).

Aplicado no período denominado vietnamização pelos EUA, com a progressiva saída de tropas estadunidenses do Vietnã, a CORDS auxiliou na pacificação de áreas rurais do Vietnã do Sul, contudo foi insuficiente em gerar resultados estratégicos em relação ao estágio em que a guerra se encontrava, com a proeminente derrota política e estratégica norte-americana (MARSTON, 2008).

³⁰ Do inglês “*Civil Operations and Revolutionary Development Support*” – CORDS.

³¹ Programa que realizava operações clandestinas, utilizando esforço integrado, visando destruir a infraestrutura vietcongs por qualquer meio necessário.

Ao fim deste subtópico, pontuamos que, apesar da utilização massiva de seu poderio bélico em ações cinéticas durante o período de participação na Guerra do Vietnã, seria errôneo relatar que os EUA não realizaram ações tipicamente voltadas para a contrainsurgência, com recursos sendo utilizados, principalmente, em prover melhorias e garantir a segurança de sul-vietnamitas, em detrimento de ações convencionais de guerra. Todavia, como foram mal dimensionadas e não obtiveram a relevância estratégica necessária, acabaram não surtindo o potencial de seu possível efeito exitoso no conflito.

3.6 Conclusões parciais

Neste capítulo, estudamos sobre a Guerra do Vietnã, seus antecedentes e a participação estadunidense, principalmente durante o período de objeto da pesquisa.

Os EUA possuíam o objetivo político de promover um Estado capitalista pró-ocidental no Vietnã do Sul, que pudesse ter a capacidade de conter a expansão comunista no sudeste asiático. No entanto, com a degradação e violência do governo de Saigon, sua meta tornou-se mais difícil. Quando da chegada das primeiras unidades combatentes norte-americanas, o país encontrava-se envolto pela guerrilha comunista com grande parcela da população vietnamita aderente à causa do oponente.

As tentativas de ações de contrainsurgência pelos norte-americanos demonstraram-se profícuas, como os CIDG e CAP, entretanto não obtiveram continuidade e apoio de um país que adotava o conceito convencional de combater. Destacamos que a CORDS fora posta em prática em momento de vietnamização do conflito, quando os EUA planejavam sua retirada do Vietnã, apesar do incentivo estadunidense aplicado ao programa.

Deste modo, o modelo de guerra dos EUA, com uma estratégia de atrito baseada em modernos meios tecnológicos, grande poder de fogo e mobilidade, sustentados por uma

forte economia industrial, demonstrou-se incapaz de lidar com o que lhe fora antagônico no sudeste asiático. Desde seus conselheiros, enviados à região para treinarem um novo exército, até a saída de seu último contingente militar, os EUA não adotaram uma nova concepção de guerra que priorizasse ações contrainsurgentes em detrimento às operações tipicamente militares, em que a relação dos níveis político-estratégico e tático apresentaram um inédito desafio a ser superado por suas forças.

Conforme Visacro (2009), durante a primeira beligerância onde o trabalho da mídia foi praticamente irrestrito, os EUA não conseguiram fazer com que este novo ativo social funcionasse em concordância com seus objetivos. Seus jornalistas foram propagadores negativos para a opinião pública interna, o que lhes reforçou a pressão política. A mesma cobertura não ocorreu do lado de Hanói, onde as atrocidades de seu Exército e de sua guerrilha vietcong não foram cobertas jornalisticamente.

A partir dos fatos históricos relatados neste capítulo, com foco orientado para a participação norte-americana na Guerra do Vietnã entre os anos 1964 e 1973, adicionados às postulações teóricas de David Galula vistos nesta pesquisa, o próximo capítulo abordará a congruência das regras teóricas selecionadas com as ações estadunidenses realizadas em território vietnamita.

4 ADERÊNCIA ENTRE O MODELO DE GALULA E AS AÇÕES NORTE-AMERICANAS NO VIETNÃ

A partir das concepções estudadas na abordagem teórica e dos fatos e acontecimentos vistos durante a participação norte-americana na Guerra do Vietnã, verificaremos, no presente capítulo, a aderência das ações estadunidenses com dois aspectos teóricos de Galula: sua primeira lei de contrainsurgência e o princípio de plena utilização dos ativos do contrainsurgente. Na comparação da aplicação dessas regras, versaremos separadamente sobre cada uma, em conformidade às ações dos EUA no conflito, e faremos uma breve conclusão parcial sobre as correspondências do objeto desta pesquisa ao modelo teórico selecionado.

Ressalta-se que, para efeito deste estudo, foram consideradas como contrainsurgentes as forças norte-americanas auxiliadas pelo exército sul-vietnamita, assim como adotamos o governo de Saigon, suas forças regulares e guerrilheiros vietcongs como insurgentes.

4.1 Utilização da Primeira Lei de Contrainsurgência

Trataremos, neste subtópico, das ações realizadas pelos EUA durante o período do objeto do presente estudo e sua correspondência à primeira lei de contrainsurgência de Galula – o apoio da população é importante para ambos os lados de uma insurgência – focado no espectro da contrainsurgência.

A lei em tela aborda, como vimos no segundo capítulo, sobre a cooperação e apoio populacional na guerra revolucionária, sendo secundários os objetivos estabelecidos em uma guerra convencional. Os residentes de uma região podem fornecer apoio suficiente às forças insurgentes, viabilizando suas operações, pressionando politicamente administrações locais e

influenciando a opinião pública. Portanto, a contrainsurgência deve proporcionar segurança à população, além de dar-lhe participação ativa na manutenção dessa segurança, removendo barreiras de intimidação que protegem a insurgência, fazendo com que esta não mais a influencie. Essa segurança será alcançada por meio de legitimidade das ações contrainsurgentes, medidas complementares de proteção, propaganda eficaz, operações de inteligência e psicológicas, além de programas cívico-militares com esforço na pacificação e reformas nas esferas econômicas e sociais.

Discorremos, no capítulo 3, que, com o ataque ao USS Maddox, os EUA autorizaram e iniciaram o envio de tropas combatentes para o Vietnã do Sul, a partir de 1964/1965. Os norte-americanos acreditavam que derrotariam o Vietnã do Norte com a ampla vantagem bélica que possuíam. As forças estadunidenses, por meio de operações ofensivas, combatiam as forças regulares norte-vietnamitas, protegendo áreas e instalações críticas, além de localizar e eliminar guerrilheiros vietcongs, transferindo para o exército sul-vietnamita as operações de pacificação, como também o controle de áreas. Após planejamentos e campanhas terrestres, o poderio militar norte-americano conquistava áreas e expulsava os pouco norte-vietnamitas que encontrava, contudo, as forças regulares de Hanói e seus vietcongs retornavam, infiltrando-se novamente nestas regiões. No decurso da guerra, um novo padrão de conflito configurou-se – forças insurgentes vietnamitas evitavam e negavam confrontos diretos aos norte-americanos e os EUA não sofriam derrotas em batalhas, entretanto não venciam os norte-vietnamitas.

Sem terreno para conquistar ou objetivos físicos que pudessem avaliar os parâmetros do conflito, as forças norte-americanas passaram a realizar a “contagem dos corpos”, obtendo a falsa ideia que venciam a guerra. Ações subversivas e de sabotagem norte-

vietnamitas minavam as tropas de Saigon e estadunidenses, ao mesmo tempo em que estas não conseguiam vencer a guerra.

Perdendo os corações e mentes³² da população desde o governo de Diem, o Vietnã do Sul e os EUA continuavam falhando em obter o apoio populacional por meio de suas próprias ações. As respostas norte-americanas contra a guerra irregular conduzida por Hanói eram cada vez mais violentas, alcançando um estágio que sua própria opinião pública se virou contra as operações. Utilizando o corrupto e incapacitado exército de Saigon para realizar as operações de contrainsurgência após as ofensivas de suas unidades, os norte-americanos alcançaram novo fracasso em sua estratégia. Inserido nos marcos que tornaram o apoio popular completamente utópico, as ações estadunidenses foram alcunhadas de “Zippo Reide”, por incendiarem vilarejos de vietnamitas que apoiavam ou poderiam apoiar vietcongs. O massacre em My Lay, em 1968, tornou-se símbolo na forma como as forças norte-americanas conduziam a guerra, demonstrando a falta de uma concepção atrelada à obtenção do apoio populacional, angariando mais aversão da ressentida população vietnamita.

Consequência da ofensiva do Tet, a derrota psicológica ocorrida em uma circunstância tática alçou os níveis estratégico e político do conflito, atingindo os EUA e alterando os rumos da guerra. Uma nova abordagem para o conceito de vitória na guerra necessitava ser estudada, com a onipresença da mídia e a influência da opinião pública sobre a tomada de decisões políticas e militares. Decididos a saírem da guerra, após a avaliação do custo político, os EUA iniciam a estratégia de vietnamização do conflito, intensificando os

³² “Conquistar corações e mentes” é uma expressão cunhada pelo presidente norte-americano John Adams (1735 – 1826), porém popularizou-se durante a década de 1950, durante a campanha de contrainsurgência do Reino Unido na Malásia, onde fazia referência aos esforços para obter a adesão da população nativa contra a insurgência. Desde então, é utilizada indicando a conquista do apoio populacional e opinião pública (VISACRO, 2009).

bombardeios sobre o Vietnã do Norte, na chamada “paz com honra”, escalando a extremada agressividade que as operações alcançaram.

A segregação insurgente por meio do apoio da população não foi alcançada, muito em face da estratégia de “busca e destruição” predominante e inflexível, mesmo sob a nova concepção de conflito que se apresentava no sudeste asiático. A incapacidade e violência estadunidense, que se utilizava do poder militar desproporcional para atacar seu adversário, agregada à degradação do governo de Saigon, não somente resultou na perda da população sob sua tutela de confiança, como também converteu seu apoio para o lado insurgente oponente, capitaneado pelo governo de Hanói.

Podemos concluir que, enquanto as ações cinéticas de atrito norte-americanas aumentavam dentro da guerra, a guerrilha comunista realizava eficazmente sua trajetória, com a população estendendo seu suporte àqueles que lutavam bravamente contra a gigante potência militar, com propósito de unificar e pacificar seu país. Conforme explicitado neste subitem, a primeira lei de Galula, apesar de fácil descrição, mas de complicada aplicação, não foi alcançada pelas forças contrainsurgentes norte-americanas na Guerra do Vietnã.

4.2 Emprego do princípio da plena utilização dos ativos da contrainsurgência

Nesta seção, versaremos sobre os fatos ocorridos durante a participação norte-americana na Guerra do Vietnã e sua correlação com o princípio da plena utilização dos ativos de uma força contrainsurgente.

O princípio aqui utilizado foi visto durante a argumentação teórica deste estudo. De forma geral, Galula relata sobre o amplo espectro das capacidades dos contrainsurgentes, no qual possuem um conjunto de recursos que podem ser empregados em planejamento, infraestrutura, segurança e atividades cívico-militares a favor da proteção e apoio da

população, isolando o insurgente desta. A prioridade no emprego dos ativos de uma força de contrainsurgência deveria ser centrado na população, em vez de operações cinéticas e de atrito sob o inimigo.

Como vimos no capítulo 3, as ações norte-americanas na Guerra do Vietnã foram, primordialmente, planejadas e executadas sob enfoque da busca e destruição, em uma doutrina estabelecida pela cultura convencional intrínseca dos conflitos nos quais os EUA participara até então. Entretanto, é errôneo afirmar que a grande potência bélica do ocidente não executou ações específicas com foco na população vietnamita. As aldeias estratégicas, o CIDG, além do CAP e da CORDS foram programas estadunidenses que focaram em ações de contrainsurgência durante o conflito no Vietnã.

O CIDG demonstrou-se eficaz, no entanto foi posto em inferioridade perante as operações ofensivas conduzidas pelos norte-americanos. As aldeias estratégicas também angariaram índices de relativo sucesso no Vietnã, mas, com um planejamento de execução superestimado e falhas na seleção de localidades, não logrou a prosperidade que se esperava. O CAP apresentou-se como um dos melhores projetos contrainsurgentes estadunidenses no Vietnã, com utilização de poucos recursos e obtenção de bons resultados. Contudo, sem adquirir a precedência essencial, apresentou efeitos transitórios ao fazer com que os vilarejos dependessem de sua tutela, não os tornando autônomos em questões de segurança e infraestrutura. A CORDS, com incentivo da nova gerência do MACV, sob o comando do General Abrams, demonstrava ser um robusto programa para obter o apoio da população de forma sustentável, com integração de diferentes áreas e coordenação cívico-militar única. Todavia, foi aplicado tardiamente, em momento no qual os EUA encontravam-se retirando suas forças do conflito, adicionado à perda de confiança dos vietnamitas em um país que lhes acrescentaram maior grau de violência na desgastante luta por unificação.

Em relação às ações contrainsurgentes supracitadas, Visacro (2009) apresenta a seguinte opinião:

É um engano, também, supor que os Estados Unidos não empreenderam ações efetivas de contrainsurgência. A questão é que elas se mostraram tardias e proporcionalmente insignificantes, quando comparadas às tentativas, quase desesperadas, de se travar e vencer a guerra segundo os métodos militares convencionais. Em 1969, no auge do conflito, cerca de 80% dos gastos norte-americanos no Sudeste Asiático destinaram-se às Forças Armadas. Teria sido melhor se a maior parte desse dinheiro houvesse sido eficazmente empenhada na reconstrução do Vietnã do Sul pós-Tet (VISACRO, 2009, pg. 120).

Conforme o texto, apesar dos relativos resultados positivos, os projetos abordados foram provisoriamente eficazes. Com uma estratégia convencional para a Guerra do Vietnã, principalmente enquanto o General Westmoreland esteve à frente das forças estadunidenses, a prioridade para utilização dos recursos militares era voltada para operações tradicionais de beligerância, dedicando-se à destruição do Exército norte-vietnamita e sua guerrilha vietcong, em oposição às atividades contrainsurgentes. Quando o General Abrams assumiu o comando do MACV, uma nova abordagem do conflito foi pretendida, com a adoção da pacificação como tema, contudo mostrou-se tardia e inócua para efetivamente conseguir recuperar o cenário político e social perdido pela guerra de atrito empregada até então.

Pelo exposto neste subtópico, concluímos que os EUA empregaram, em algumas de suas ações, o princípio de utilização de seus recursos em prol da contrainsurgência, entretanto, não o colocaram em prática com a prioridade necessária, sendo preteridos pela forma regular de guerra convencional até então consagrada e vitoriosa em campanhas militares norte-americanas.

4.3 Conclusões parciais

No presente capítulo estudamos os fatos históricos dentro da participação dos EUA na Guerra do Vietnã no período de 1964 a 1973 com sua análise inserida na teoria de

Galula, especificamente à primeira lei de contrainsurgência e ao princípio de plena utilização dos ativos de uma força contrainsurgente.

Em conformidade com as duas regras escolhidas dentro das formulações teóricas desta pesquisa, temos uma posição de compatibilidade e correspondência entre obter o apoio da população e utilizar os recursos de sua força em prol desta mesma população. O mencionado apoio surgiria no combate indireto ao insurgente, proporcionando, aos moradores locais, segurança, por meio de ações que possuíssem legitimidade, utilização de inteligência para execução de operações cinéticas pontuais e necessárias contra o oponente, realização de eficaz publicidade, transmitindo os métodos realizados e objetivos visualizados pela contrainsurgência, além da neutralização da difusão de propaganda inimiga. Nessa conjuntura, a utilização dos recursos seria o emprego de toda a infraestrutura logística de uma força contrainsurgente em prol de ações cívico-militares integradas, reformas sociais e campanhas públicas voltadas para melhorias das condições de vida da população, isolando o guerrilheiro insurgente dos moradores e reforçando a administração local no controle de sua localidade, corroborando para a conquista do apoio da população.

Encontrando um cenário deteriorado politicamente quando da chegada de suas tropas no Vietnã do Sul, os EUA não souberam convergir sua doutrina à contrainsurgência, ficando arraigados à forma convencional de combater, vencedora até então. Com a ausência de contextualização e valorização da conjuntura política e militar presente, o foco das grandes guerras, travadas com o grande poder de fogo norte-americano associado a mobilidade e modernas tecnologias envolvidas, não funcionaria quando confrontadas pela insurgência norte-vietnamita.

Quanto à primeira lei de contrainsurgência, os EUA entraram na guerra prejudicados neste conceito. O governo de Saigon, capitaneado por Diem, havia, por meio de

repressão e corrupção, perdido importantes requisitos neste paradigma. Com o início dos engajamentos, os EUA não eram derrotados em combate, no entanto não venciam um oponente que lhes negava batalhas diretas e utilizava métodos que desgastavam suas tropas. Como resposta a esse impasse, forças norte-americanas utilizavam cada vez mais de seu poderio bélico para aplicar uma desproporcional violência, contrastando com as especificidades relatadas por Galula em uma campanha contrainsurgente. Com a opinião pública norte-americana contrária aos atos e decisões realizados no Vietnã, e perdendo o apoio da população vietnamita, os EUA colapsaram politicamente e decidiram retirar suas tropas do combate, entretanto reforçando bombardeios em terreno inimigo, angariando crescente aversão aos repugnados residentes locais. Isso posto, concluímos que as forças estadunidenses, em geral, não lograram sucesso na consecução do apoio da população vietnamita.

Por outro lado, é incorreto afirmar que os EUA não executaram atividades tipicamente contrainsurgentes, todavia estas não possuíram a prioridade que deveriam no cenário em que se encontrava o Vietnã. Realizando ações com o aparato que lhes era disponível, os estadunidenses lograram relativo êxito em programas como as aldeias estratégicas, CAP, CIDG e CORDS. Logo, as forças norte-americanas se fizeram presentes ao colocarem em prática o princípio de utilização dos ativos em prol da contrainsurgência, mas, em face da dicotomia doutrinária a ser empregada – guerra convencional ou contrainsurgência, não o fizeram com a predileção necessária, coletando bons resultados, mas inócuos na conjuntura geral da guerra.

Ao concluir este capítulo, inferimos que os EUA necessitavam de uma doutrina de contrainsurgência perene e pré-estabelecida para a guerra a qual se propuseram a participar. Suas forças utilizaram da formulação convencional vitoriosa até então, aplicando a busca e

destruição com o propósito de vencer o maior número de combates, no entanto estavam perdendo a guerra em sua nova concepção encontrada no Vietnã. Com a falta de experiência e conhecimentos de contrainsurgência, a utilização de recursos em prol da população foi posta em plano secundário, apesar das eficientes repercussões obtidas pelos programas postos em prática. Como o apoio da população não se tornou a meta a ser alcançada, as operações ofensivas por meio de atrito deram amplo terreno nas ações efetuadas, com a consequente perda do apoio populacional e o não atingimento desta primária e mais importante lei da teoria de Galula.

Com a teoria exposta, fatos históricos relatados e a comparação da aderência entre ambos, concluiremos este trabalho no subsequente capítulo, em que versaremos sobre um resumo da pesquisa e sua conclusão geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desafio de analisar os procedimentos adotados por uma força de contrainsurgência na guerra irregular, buscamos para o presente trabalho uma teoria consagrada e uma realidade histórica para realizar comparações e verificar a consonância entre ambos.

O modelo teórico escolhido foi elaborado em 1964 por David Galula, um coronel francês com ampla experiência em conflito irregular. Particularmente, selecionamos sua primeira lei de contrainsurgência, que relata sobre a necessidade do apoio da população, e seu princípio de utilização dos ativos de uma força contrainsurgente, para análise das paridades juntamente ao fato histórico. A realidade histórica foi delimitada na participação das forças militares norte-americanas na Guerra do Vietnã, entre os anos de 1964 e 1973.

O propósito da pesquisa foi verificar a aderência entre a estratégia de contrainsurgência de David Galula com os procedimentos adotados pelas forças militares norte-americanas durante a Guerra do Vietnã. Dessa forma, buscamos responder se a lei e o princípio selecionados da teoria foram empregados pelos EUA durante o referido conflito. Adotamos, como hipótese, que as forças estadunidenses não utilizaram tais diretrizes.

De forma a atingir seu propósito, este trabalho utilizou-se de três capítulos de desenvolvimento, abordando sobre as disposições da teoria, contextualização da Guerra do Vietnã e o paralelo entre teoria e realidade.

No capítulo dois do estudo, foi apresentado o modelo teórico, no qual caracterizamos, de forma ampla, a guerra revolucionária, a insurgência, e os insurgentes, como também as leis e princípios de contrainsurgência descritas por Galula. Após tais identificações, a abordagem foi limitada na primeira lei de contrainsurgência e no princípio de

ampla utilização de ativos pelos contrainsurgentes, de forma a contemplar as duas diretrizes que seriam utilizadas na avaliação direta com a realidade posta em prática pelos EUA no sudeste asiático.

No capítulo seguinte, analisamos a Guerra do Vietnã, seus antecedentes e a participação militar norte-americana, entre os anos de 1964 e 1973. Apoiando o corrupto governo de Diem e sob o receio do avanço da influência comunista no sudeste asiático, no pós-2ª GM, os EUA inseriram seus militares no Vietnã, primeiramente para treinar o exército sul-vietnamita que estava sendo criado. Com a intensificação das ações militares no conflito, iniciaram o envio de tropas para participarem efetivamente do combate e, com o crescente distanciamento da vitória na guerra, aumentaram as ações de atrito nos combates. A escalada de violência, então, atingiu níveis dramáticos, como nas desastrosas operações nomeadas “Zippo Reide”. Após a Ofensiva do Tet, e a subsequente derrota psicológica que repercutiu nos níveis estratégico e político, os EUA decidiram realizar a vietnamização do conflito, com a gradual retirada de suas tropas da região.

Ainda no capítulo três desta pesquisa, demonstramos as ações tipicamente voltadas para a contrainsurgência realizadas pelos estadunidenses. A CIDG, CAP e CORDS, além das aldeias estratégicas, foram programas realizados pelos EUA e que proporcionaram segurança e melhorias às aldeias sul-vietnamitas, em oposição às ações cinéticas das tropas norte-americanas, mas não obtiveram a prioridade necessária para alterar os resultados da guerra.

No quarto capítulo, realizamos a comparação da teoria com a realidade, onde poucos indícios revelaram a aplicabilidade das diretrizes de Galula. Inseridos em um conflito irregular, os norte-americanos aplicaram o convencionalismo militar em combate que, até então, havia lhes proporcionado sucesso nas guerras, relegando a um plano inferior as

medidas voltadas a obter o apoio da população vietnamita. A primeira lei de Galula não foi posta em prática pelos EUA e o princípio de plena utilização dos ativos de uma força de contrainsurgência não angariou a importância e prioridade fundamentais dentro do escopo das operações estadunidenses no Vietnã.

Concluindo o presente estudo, observamos que a estratégia defendida por Galula transmite-nos a fuga dos padrões regulares de um conflito. A atrição e as ações cinéticas sob o oponente são substituídas por uma abordagem voltada para a população, em busca de seu apoio, atingindo indiretamente o insurgente. No Vietnã, os norte-americanos, então a grande potência militar do ocidente, depararam-se com um novo modelo de guerra. Enfrentando um inimigo que lhes negava engajamentos diretos, e ainda lhes infligia baixas por ações subversivas, os EUA não alteraram sua forma convencional de combater. Voltados para ações de busca e destruição, aumentaram a violência e as operações cinéticas na tentativa de sucesso no conflito irregular a qual estavam submetidos, com a escalada da atrição na medida em que não conseguiam vencer a guerra. Por fim, retiraram suas forças militares do Vietnã sem haver perdido batalhas, mas derrotados na Guerra.

Em suma, os EUA não seguiram o direcionamento das diretrizes defendidas por Galula em uma situação de conflito irregular, perdendo o apoio populacional e não a segregando dos insurgentes. Os norte-americanos não possuíam uma doutrina de contrainsurgência estabelecida e não detectaram, na Guerra do Vietnã, a necessidade de sua implementação e utilização. Suas forças seguiram utilizando a concepção convencional, perdendo os corações e mentes da população e a guerra contra o Hanói.

Seguindo o propósito deste trabalho, verificamos que as forças norte-americanas não aderiram aos aspectos selecionados da teoria de Galula no Vietnã, o que pode ser creditado ao fracasso da campanha estadunidense. Não se pode afirmar que tenha sido o

único ou o principal motivo da derrota, entretanto ressalta-se a importância da aplicabilidade da lei e princípio escolhidos por este trabalho para majorar a possibilidade obtenção de resultados satisfatórios no combate a uma insurgência.

Com a constatação que as diretrizes de Galula não foram empregadas, concluímos que a hipótese deste trabalho foi confirmada. Quanto à primeira lei da contrainsurgência, não se demonstraram, ao longo desta pesquisa, ações estadunidenses que proporcionaram a obtenção do apoio populacional vietnamita aos EUA. Relacionado ao princípio escolhido, observamos que houve a tentativa de aplicação ao método defendido por Galula por meio dos programas contrainsurgentes descritos, mas o dimensionamento, prioridade e preocupação norte-americanas foram desbalanceadas e destinadas a não efetivar e não prover meios necessários a este tipo de operação.

Não houve a possibilidade de realizar a análise de outras diretrizes de Galula dentro da realidade histórica selecionada para o presente trabalho. Recomendamos, para futuros estudos, a pesquisa e exploração das demais leis e princípios da ação contrainsurgente e sua efetivação em fatos históricos conflituosos.

Ao chegar ao fim deste trabalho, ressaltamos pontos, dentro da guerra irregular observada, que poderiam servir para estudo de conceitos e práticas úteis à MB e ao CFN. Os relevantes procedimentos e ações descritos por Galula e o modo no qual os EUA não os utilizou no Vietnã podem ser explorados e analisados em prol da evolução de uma doutrina contrainsurgente para nossa Força, tanto em âmbito interno do país quanto externo.

Internamente, ressaltamos a demanda, cada vez mais frequente, da utilização do CFN em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Atribuída a garantir as leis vigentes no país nestas operações, nossas tropas deparam-se com organizações criminosas (ORCRIM) que se utilizam de procedimentos semelhantes às forças insurgentes descritas por Galula. A

população continua sendo o centro de gravidade nestas ações, com a necessidade de prévio estudo e avaliação de medidas necessárias para aplicar as leis do país e angariar o apoio da população contra os criminosos.

No âmbito externo, o Brasil, como membro da Organização das Nações Unidas (ONU), disponibiliza suas forças militares para emprego daquela Organização onde for necessário. Sob a égide da ONU, a MB e o CFN poderão ser utilizados em situações de contrainsurgência, fazendo-se mister a preparação de nossas tropas para tal feito.

Os importantes programas de contrainsurgência realizados pelos EUA no Vietnã, apesar de não terem angariado a importância que deveriam e acabarem por não evitar a derrota norte-americana na Guerra, servem de parâmetro para utilização dos recursos de nossas forças em uma insurgência. Neste diapasão, ressalta-se o CAP, um projeto realizado pelo USMC que, com poucos meios, alcançou efetivos resultados.

Por fim, reiteramos a relevância do estudo da realidade apresentada no presente trabalho, juntamente com o arcabouço teórico exposto, e entendemos ser de interesse da MB e do CFN possuir uma doutrina voltada para este tipo de operação, haja vista a possibilidade de emprego em ações que envolvam o combate a insurgências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. MD30-M-01: *Doutrina de Operações Conjuntas* – Vol I. 2 ed. Brasília-DF, 2020.

_____. Ministério da Defesa. MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas. 5 ed. Brasília-DF, 2015.

BRUSCINO, Thomas *et al.* *Population-Centric Countersurgency: A false Idol? – Three Monographs from the School of Advanced Military Studies*. 2011. 132 f. Monografia (Combat Studies Institute Press) – US Army Combined Arms Center, Fort Leavenworth. 2011

CASSIDY, Robert M. *Winning the War of the Flea: Lessons from Guerrilla Warfare*. *Military Review*. Fort Leavenworth, v. 84, n. 5, p. 41-46, set/out. 2004.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual de Normalização de Publicações Técnico- Científicas*. 8 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

GALULA, David. *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*. Nova Iorque e Londres: Frederick A. Praeger, 1964. 104 p.

HASTINGS, Max. *Vietnã: uma tragédia épica 1945-1975*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. 847 p. Título original: *Vietnam: an epic tragedy 1945-75*.

MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2006. 480 p.

MARLOWE, Ann. *David Galula: His Life and Intellectual Context*. 2010. 76 f. Monografia (Strategic Studies Institute) - U. S. Army War College, Carlisle, 2010.

MARSTON, Daniel; MALKASIAN, Carter. *Counterinsurgency in Modern Warfare*. Nova Iorque e Oxford: Osprey Publishing, 2008. 304 p.

NAGL, John A. *Counterinsurgency Lessons from Malaya and Vietnam: Learning to Eat a Soup with a Knife*. Westport and London: Praeger Publishers, 2002. 249 p.

ROSTOW, Walt W. The case of Vietnam War. *The US Army War College Quarterly: Parameters*, Carlisle, v. 26, n. 4, 1996. Disponível em: <<https://press.armywarcollege.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1806&context=parameters>> Acesso em: 11 mai. 2022.

VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009. 380 p.

WIEST, Andrew; MC NAB, Chris. *A História da Guerra do Vietnã*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2015. 280 p.

ANEXO

TABELA

Relação do apoio da população à insurgência no nível tático e sua correspondente contribuição aos sistemas operacionais da força irregular

APOIO DA POPULAÇÃO	
Sistema operacional	Contribuição no nível tático
Manobra	<ul style="list-style-type: none"> – Permite compensar a grande mobilidade tática das unidades convencionais decorrente de sua superioridade tecnológica; – Proporciona liberdade de movimento aos militantes das forças irregulares; – Oferece guias nativos, conhecimento detalhado e prévia preparação do terreno; e – Oferece locais de esconderijo inusitados e refúgios às forças irregulares.
Inteligência	<ul style="list-style-type: none"> – Proporciona informações atualizadas sobre o inimigo e o terreno; – Apoia os esforços de coleta e busca de dados sobre o inimigo e a área de operações; – Proporciona segurança e alerta às forças irregulares, permite a disseminação de falsos boatos, torna difícil a identificação de guerrilheiros ocultos entre os habitantes locais; e – Facilita a avaliação de impacto das campanhas de operações psicológicas.
Logística	<ul style="list-style-type: none"> – Fornece gêneros de subsistência e outros itens logísticos encontrados no interior da própria área de operações, permitindo o uso dos recursos locais e simplificando o aparato logístico; – Oferece suporte às atividades logísticas de suprimento, saúde, manutenção e transporte, por meio da utilização de uma rede de apoios locais; – Oferece recursos humanos para o recrutamento de novos militantes; e – Permite a obtenção de recursos financeiros, por meio de atividades econômicas lícitas e ilícitas.
Comando e controle (C ²)	<ul style="list-style-type: none"> – Permite o uso de mensageiros e processos expeditos, cobertos e/ou clandestinos para a transmissão de mensagens, ordens e alertas; e – Permite o uso da infraestrutura local de telecomunicações (telefonia, estações de rádio, emissoras de radiodifusão e serviços postais).
Mobilidade, contramobilidade e proteção	<ul style="list-style-type: none"> – Facilita a execução de sabotagens e atos de destruição contra a infraestrutura de transporte inimiga; – Permite a interdição de áreas, o bloqueio de ruas, estradas e vias de acesso, por meio da realização de distúrbios civis, da construção de barricadas e obstáculos ou com a execução de destruições e outros trabalhos de organização do terreno; e

	<ul style="list-style-type: none">– Permite o uso da população local como “escudo humano”, aumentando os riscos de baixas civis e agravando os efeitos colaterais.
Apoio de fogo	<ul style="list-style-type: none">– Facilita o transporte clandestino e o pré-posicionamento de armas e munições, antes de ataques guerrilheiros; e– Facilita a ocultação de armas, após a realização dos ataques.
Defesa antiaérea	<ul style="list-style-type: none">– Facilita o monitoramento de aeródromos militares e bases aéreas, oferecendo alerta oportuno sobre a decolagem de aeronaves inimigas;– Facilita a aproximação e a execução de ataques contra as pistas de pouso e decolagem, hangares e os pátios de estacionamento de aeronaves; e– Facilita a aproximação de armas antiaéreas portáteis nas cercanias dos aeródromos e seu emprego durante os pousos e decolagens de aeronaves inimigas.

Fonte: VISACRO, 2009, p. 238.